

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran

CNPJ n.º 61.699.567/0018-30
Nota da Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30/04/2022. São Paulo, 28/02/2022. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Diretor-Presidente da SPDM.

Demonstrações Contábeis Comparativo Dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais				
Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020		
Ativo Circulante	121.984.321,04	126.250.927,07	Passivo Circulante	110.677.850,39	118.816.556,52		
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.109.599,46	16.590.978,36	Fornecedores	3.322.855,67	3.378.386,09		
Bancos conta movimento (nota 3.1)	364,28	487,00	Fornecedores Nacionais (nota 3.8)	3.322.855,67	3.378.386,09		
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	10.109.235,18	16.590.491,36	Serviços de Terceiros	5.595.115,06	5.834.142,87		
Cliente e Outros Recebíveis Saúde	107.247.982,49	106.678.642,13	Serviços de Terceiros P. Jurídica/ Física (nota 3.9)	5.595.115,06	5.834.142,87		
Clientes (nota 3.3)	106.240.637,10	105.779.052,33	Serviços Próprios	11.297.770,20	9.592.575,59		
Prefeitura Municipal de Barueri (nota 3.3.1)	92.701.541,20	92.239.956,43	Salários a pagar (nota 3.10)	3.286.412,57	2.993.753,58		
Valores em Negociação -			Contribuições a recolher (nota 3.11)	873.969,99	775.549,75		
Contrato Convênio (nota 3.3.2)	13.539.095,90	13.539.095,90	Provisão de Férias (nota 3.12)	5.727.984,94	4.966.392,48		
Outros Créditos (nota 3.4)	1.007.345,39	899.589,80	Provisão de FGTS sobre férias (nota 3.12)	457.802,67	396.978,72		
Antecipações salariais	1.670,05	407,68	Empréstimo a Funcionário	49.420,02	9.536,79		
Antecipação de férias (nota 3.4.1)	431.257,17	326.722,04	Impostos a Recolher (nota 3.14)	824.373,39	437.108,85		
Valores Transitáveis (nota 3.4.2)	9.941,17	10.889,86	Acordo Trabalhista a pagar	60.166,69	-		
Depósito judicial (nota 3.4.3)	564.477,00	561.328,00	Benefícios	17.639,93	13.255,42		
Diferença de Salário	-	242,22	Tributos	646.255,25	660.029,17		
Despesas Antecipadas Saúde	9.000,00	10.085,12	Obrigações Tributárias (nota 3.15)	646.255,25	660.029,17		
Despesas Antecipadas (nota 3.5)	9.000,00	10.085,12	Conta a Pagar / Valores de Terceiros	89.815.854,21	99.351.422,80		
Estoque Saúde (nota 3.6)	4.617.739,09	2.971.221,46	Valores Transitáveis	18.629,85	19.054,13		
Materiais utilizados no Setor de Nutrição	61.827,65	53.251,69	Convênios/Contratos públicos	-	-		
Materiais utilizados no Setor de Farmácia	1.811.891,79	1.178.823,51	a realizar (nota 3.18)	88.686.242,05	99.302.832,41		
Materiais de Almoxarifado	2.684.609,31	1.725.107,26	Outras contas a pagar (nota 3.16)	1.109.717,68	2.786,54		
Empréstimos de Materiais a Terceiros	59.410,34	14.039,00	Recebimento de materiais	-	-		
Ativo não Circulante	8.165.440,93	9.304.481,96	de terceiros (nota 3.17)	1.264,63	26.749,72		
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros	8.134.195,70	9.241.823,25	Passivo não Circulante	20.285.948,14	17.552.889,07		
Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.7)	11.484.842,44	11.406.340,50	Não Circulante Saúde	20.285.948,14	17.552.889,07		
Instalações/Edificações (nota 3.7)	435.236,65	435.236,65	Recursos Convênio em Execução-Saúde	19.626.806,78	17.440.798,26		
Ajuste Vida Útil Econômica	-	-	Imobilizado - Bens de terceiros (nota 3.7)	12.077.146,79	11.998.644,85		
Bens Terceiros (nota 3.7.1)	(3.619.728,98)	(2.477.123,13)	Ajuste vida útil econômica - Bens	-	-		
Ajuste Vida Útil Econômica Instalações/	-	-	de terceiros (nota 3.7.1)	(3.911.705,86)	(2.694.162,89)		
Edificações (nota 3.7.1)	(166.154,41)	(122.630,77)	Valor Estimado Rescisão	-	-		
Ativo Intangível	31.245,23	62.658,71	do Contrato (nota 3.20)	11.461.365,85	8.136.316,30		
Intangível de Terceiros (nota 3.7)	157.067,70	157.067,70	Outras Obrigações com Terceiro - Saúde	659.141,36	112.090,81		
Ajuste Vida Útil Econôm. Intangível	-	-	Provisão de Despesa	-	-		
Terceiros (nota 3.7.1)	(125.822,47)	(94.408,99)	Proc. Cíveis (nota 3.19.1)	396.387,00	-		
Total do Ativo	130.149.761,97	135.555.409,03	Provisão de Despesa	262.754,36	112.090,81		
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			Proc. Trabalhistas (nota 3.19.1)	262.754,36	112.090,81		
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL - Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais			Total do Passivo	130.963.798,53	136.369.445,59		
Descrição	Nota	Patrimônio social	Avaliação de Avaliação	recebidas	Ajuste de Superávit	Superávit / Déficit	Total
Saldo 31.12.2019	5	-	-	-	-	-	-
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-	-
Realização da Avaliação	-	-	-	-	-	-	-
Patrimonial Exercício Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para o Patrimônio	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Recebidas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Enviadas	-	-	-	-	-	-	-
Realização do APP	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(814.036,56)	-	(814.036,56)
Superávit/(Déficit) do Exercício	-	-	-	-	-	-	-
Saldo 31.12.2020	5	-	-	-	-	-	(814.036,56)
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-	-
Realização da Avaliação	-	-	-	-	-	-	-
Patrimonial Exercício Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para o Patrimônio	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Recebidas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Enviadas	-	-	-	-	-	-	-
Realização do APP	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	5	-	-	-	814.036,56	(814.036,56)	-
Superávit/(Déficit) do Exercício	-	-	-	-	-	-	-
Saldo 31.12.2021		-	-	-	-	-	(814.036,56)

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31/12/2021 e 2020 - Valores em Reais			
Descrição	2021	2020	dez/21	dez/20		
Fluxos de caixa das atividades operacionais			1 - Receitas	211.299.112,66	188.106.622,00	
Superávit/Déficit do exercício/período	-	-	1.1) Prestação de serviços	189.471.851,80	167.625.239,47	
Ajustes p/ conciliar resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	-	-	
Depreciação e amortização	-	-	1.3) Outras Receitas	398.029,88	1.308.374,09	
Resultado na venda/baixa de ativos imobilizado	-	-	1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	21.429.230,98	19.173.008,44	
Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido	-	(814.036,56)	2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	118.526.810,29	107.015.009,35	
Variações nos ativos e passivos			2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	39.315.037,16	33.791.938,21	
(Aumento) Redução em contas a receber	(461.584,77)	4.601.584,12	2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	78.953.011,50	72.623.231,90	
(Aumento) Redução outros créditos	(107.755,59)	7.787,22	2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	222.112,56	557.227,03	
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	1.085,12	(1.173,41)	2.4) Outros	36.649,07	42.612,21	
(Aumento) Redução em estoques	(1.672.002,72)	(1.168.638,58)	3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	92.772.302,37	81.091.612,65	
(Aumento) Redução em fornecedores	(294.558,23)	(3.476.459,55)	4 - Retenções	-	-	
(Aumento) Redução nas doações e subvenções/Contratos de gestão	(7.291.540,81)	6.343.820,48	4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-	-	
(Aumento) Redução) em contas a pagar e provisões	3.344.978,10	(762.140,59)	5 - Valor Adicionado Líquido	92.772.302,37	81.091.612,65	
(Aumento) Redução) de Bens de Terceiros	(1.139.041,03)	(685.067,32)	6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	-	-	
(Aumento) Redução) Passivo de Arrendamento	-	-	6.1) Receitas financeiras	-	-	
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(7.620.419,93)	4.045.675,81	7 - Valor Adicionado Total (5+6)	92.772.302,37	81.091.612,65	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			8 - Distribuição do Valor Adicionado	92.772.302,37	81.091.612,65	
(+) Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	8.1) Pessoal e encargos	68.377.179,69	59.047.955,49	
(-) Aquisição de imobilizado	-	-	8.2) Impostos, taxas e contribuições	676,29	546,68	
(-) Adição de Bens de Terceiros	1.139.041,03	685.067,32	8.3) Juros	-	984,12	
(-) Adição de bens intangíveis	-	-	8.4) Aluguéis	2.965.215,41	2.869.117,92	
(-) Direito de Uso	-	-	8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	21.429.230,98	19.173.008,44	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	1.139.041,03	685.067,32	8.6) Déficit/Superávit do Exercício	-	-	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			
Captação de Empréstimos e financiamentos	-	-	SPDM gerenciou o HMBFM no período de 05/2008 até 05/2013, época em que há registros de que o hospital era referência na saúde para região. O HMBFM é de média complexidade, com 288 leitos, que oferece à população da região atendimento diferenciado (consultas, exames, internações e cirurgias de média complexidade), por meio de encaminhamentos realizados pela Secretaria de Saúde de Barueri das Unidades Básicas de Saúde, nas clínicas de especialidades, nos pronto-socorros e nos serviços de Fisioterapia, estando plenamente inserido na rede assistencial de saúde. O HMBFM tem nível II de acreditação pela Organização Nacional de Acreditação de Hospitais (ONA). A unidade é gerenciada através do instrumento de Contrato de Gestão nº 152/2017, celebrado em 04/05/2017, com renovação anual através de Termos Aditivos, o valor pactuado nestes TA's foi no montante total de R\$ 178.065.430,54 (Cento e Setenta e Oito Milhões, Sessenta e Cinco Mil, Quatrocentos e Trinta Reais e Cinquenta e Quatro Centavos).			
(-) Pagamentos de Empréstimos e financiamentos	-	-	1 - Imunidade Tributária: A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, inciso VI, alínea "c" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. Isenção Tributária e característica da isenção: A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por tratar-se de instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponderante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 10 da Lei nº 12.101/09 alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014 e o que dispõe a Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021. 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Entidade observou as principais alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007, Medida Provisória nº 449/2008 e Lei nº 11.941/09 que promoveram modificações quanto à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis individuais, antes previstas na Lei nº 6.404/76, que agora passam a ser observadas não apenas pelas sociedades por ações, mas também as empresas de grande porte. A SPDM elaborou suas demonstrações financeiras em observância às melhores			
Juros pagos por empréstimos	-	-	3 - Caixa e Equivalentes de Caixa: Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.			
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	-	-	Descrição	31.12.2021	31.12.2020	
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(6.481.378,90)	4.730.743,13	Saldo em Caixa	-	-	
Saldo inicial de Caixa e equivalente	16.590.978,36	11.860.235,23	Saldo em Bancos	364,28	487,00	
Saldo final de Caixa e equivalente	10.109.599,46	16.590.978,36	Saldo em Aplicações Financeiras	10.109.235,18	16.590.491,36	
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2021 e 2020			Caixa e Equivalentes de Caixa	10.109.599,46	16.590.978,36	
Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nos. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM atua em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009 e na Lei Complementar 187, de 16/12/2021. Características da Unidade Gerenciada: O Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran, de agora em diante, denominado HMBFM, voltou a ser gerenciado pela SPDM desde 14/07/2017. O HMBFM é fruto de uma parceria entre a SPDM e Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura do Município de Barueri. A			Banco Bradesco	CDB	0,67%	9.621.730,94
			Banco Bradesco	CDB	0,67%	138.863,21
			Banco Bradesco	CDB	0,67%	123.107,13
			Banco Bradesco	CDB	0,67%	13.016,57
			Banco Bradesco	CDB	0,67%	950,81
			Banco Bradesco	CDB	0,67%	1.262,94
			Banco Bradesco	CDB	0,67%	313,64
			Banco Brasil	CDB	0,67%	20.073,20
			Banco Brasil	Poupança	0,457 %	189.916,74
			Total			10.109.235,18
			(*) a instituição mantém esforços para operar com as melhores taxas disponíveis na instituição financeira. 3.3 - Contas a Receber: A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assisistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. 3.3.1 - Valores a Receber: Os valores registrados nesta conta em 31.12.2021 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao			continua

continuação 9 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme portaria SAS/MS nº 1.893, de 07/12/2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 15/12/2020, a entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme Processo nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda deferimento. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2021 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou: R\$ 21.429.230,98 (vinte e um milhões, quatrocentos e vinte e nove mil e duzentos e trinta reais e noventa e oito centavos). Em face de a Entidade ser reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, e ter como área de atuação preponderante a da Saúde, além de atuar nas áreas de educação e assistência social, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021, em seu artigo 3º, inciso VII, que prevê a apresentação de demonstrações contábeis e financeiras, devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pelo inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, dentro outros requisitos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes à COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF e PIS sobre Folha de Pagamento. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu ano exercício de 2021, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 15.190.329,23 (quinze milhões, cento e noventa mil, trezentos e vinte e nove reais e vinte e três centavos). Em 2020, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 13.602.563,62 (treze milhões, seiscentos e dois mil, quinhentos e sessenta e três reais e dois centavos). **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas, sendo no exercício 2021 atingiu um montante de

R\$ 8.120,50. Em 2020, o valor foi R\$ 0,00. **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2021 foi de R\$ 5.684.098,29. (cinco milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, noventa e oito reais e nove centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2020, esse montante foi de R\$ 5.028.620,33. (cinco milhões, vinte e oito mil, seiscentos e vinte reais e trinta e três centavos). **9.4 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento:** A unidade gerenciada usufruiu da isenção da Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2021, se devido fosse, o montante seria de R\$ 546.682,96 (quinhentos e quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos). Em 2020, R\$ 541.824,49 (quinhentos e quarenta e um mil, oitocentos e vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos). A unidade estima recuperar o montante de R\$ 5.900.801,45 (cinco milhões, novecentos mil e oitocentos e um reais e quarenta e cinco centavos) no período de Julho de 2008 a agosto de 2019, mediante apresentação dos respectivos comprovantes em processo judicial (Processo nº 002951-41.2004.4.03.6100), atualizados até o mês de março de 2021. **10 - Trabalho voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2021, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.908,86 (Hum Mil, Novecentos e Oito Reais e Oitenta e Seis Centavos); em 2020 estes valores foram de R\$ 1.918,09 (um mil, novecentos e dezoito reais e nove centavos). **11 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Barueri, 31/12/2021.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da S.P.D.M. **Michele dos Santos Chaves** - Contadora - CRC - SP 325478/O

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran) que compreendem o balanço patrimonial, em 31/12/2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31/12/2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2021, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segu-

rança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01/04/2022. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3. Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior** - Contador CRC/RS058.252/O-1 - CVM7.7.10/04 - CNAI-RS-718.

Elquatrix Participações, Investimentos, Administradores, Administração de Bens e Imóveis S/A

CNPJ nº 18.237.413/0001-50

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Líquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa. São Paulo, 31 de dezembro de 2021.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro (Em Reais)			Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro (Em Reais)		
	2021	2020		2021	2020
Ativo			Passivo		
Circulante	178.717	171.141	Circulante	7.770	7.770
Disponível	178.717	171.141	Provisão Imposto de Renda	4.950	4.950
Caixa	178.717	171.141	Provisão Contribuição Social	2.820	2.820
Não Circulante	33.396.860	27.195.474	Patrimônio Líquido	33.567.807	27.358.845
Investimentos	33.396.860	27.195.474	Capital Social	10.000	10.000
Participação Societária	33.396.860	27.195.474	Reservas	33.557.807	27.348.845
Total do Ativo	33.575.577	27.366.615	Total do Passivo	33.575.577	27.366.615
Demonstração de Fluxo de Caixa – Fluxo de Operações dos exercícios findos em 31 de dezembro (Em Reais)			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro (Em Reais)		
	2021	2020		2021	2020
Fluxo de Caixa nas Atividades Operacionais			Capital Social		
Resultado do Exercício	7.484.162	6.660.735	Lucros a Realizar	27.185.472	27.358.845
Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.201.386)	(5.758.715)	Reserva de Lucros	27.185.472	27.358.845
(=) Caixa Líquido Operacional	1.282.777	902.020	Total		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			Saldo em 31/12/2020	10.000	10.000
Distribuição de Dividendos	(1.275.200)	(875.200)	Resultado do Exercício	7.484.162	7.484.162
(=) Caixa Líquido de Financiamento	(1.275.200)	(875.200)	Distribuição de Dividendos	(1.275.200)	(1.275.200)
Aumento Líquido de Caixa	7.577	26.820	Constituição de Reserva	6.201.386	6.208.962
Caixa Equivalentes ao Início do Período			Saldo em 31/12/2021	10.000	170.949
Disponibilidades	171.141	144.321	Notas Explicativas da Administração das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro		
Caixa Equivalentes ao Final do Período			1. Apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanada da lei das sociedades por ações 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Con-		
Disponibilidades	178.717	171.141			

Lidia Leila da Silva – Diretora

Ronaldo Montanini – Contador CRC nº 1SP 120.908/O-1

Sandvik MGS S.A.

CNPJ/MF nº 00.463.220/0001-51

Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Balanço patrimonial		Demonstração de resultados		Demonstrações dos fluxos de caixa				
	2021	2020	2021	2020	2021	2020		
Ativo/Circulante	21.380	23.826	Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(3.294)	(3.015)	Fluxos de caixa das atividades operacionais	5.832	(10.309)
Caixa e equivalentes de caixa	102	117	Lucro bruto	(3.294)	(3.015)	Prejuízo do exercício	(5.832)	(10.309)
Ativo fiscal corrente	20.191	22.388	(Despesas)/receitas administrativas			Ajustes para: Resultado líquido na venda de ativos imobilizados baixados	-	53
Adiantamento a fornecedores	561	561	Despesas administrativas	(2.714)	(3.668)	Juros provisionados sobre empréstimos	3.235	2.130
Outras contas a receber	526	760	Outras receitas e (despesas)	3.296	122	Outras provisões	(4.488)	(723)
Não Circulante	29.851	30.189	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	(2.712)	(6.561)	Provisão para contingências	(339)	(2.868)
Ativo fiscal não corrente	26.489	26.489	Depesas financeiras	(3.142)	(3.785)	Variações em: Contas a receber	-	10.085
Outros ativos	3.362	3.700	Receitas financeiras	22	36	Adiantamento a fornecedores	752	676
Total do ativo	51.231	54.015	Despesas financeiras, líquidas	(3.120)	(3.749)	Outras contas a receber e despesa antecipada	752	676
	2021	2020	Resultado antes dos impostos	(5.832)	(10.309)	Fornecedores	(179)	-
Passivo/Circulante	79	350	Operações descontinuadas	(5.832)	(10.309)	Obrigações trabalhistas	(5)	(151)
Fornecedores	17	196	Resultado líquido das operações descontinuadas (líquido de impostos)	(5.832)	(10.309)	Impostos e contribuições a recolher	(87)	(158)
Impostos e contribuições a recolher	5	92	Lucro (Prejuízo) do exercício	(5.832)	(10.309)	Adiantamento de clientes	-	(3.849)
Obrigações trabalhistas	57	62				Ativo fiscal corrente	2.197	401
Não Circulante	87.358	84.218	Demonstração das mutações do patrimônio líquido			Caixa gerado pelas atividades operacionais	(4.746)	(4.708)
Empréstimos partes relacionadas	78.588	70.621	Saldo em 31/12/2018	288.500	(279.212)	Juros Pagos	(1.952)	(74)
Outras Provisões	-	4.488	Prejuízo do exercício	-	(29.548)	Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(6.698)	(4.782)
Provisões para contingências	8.770	9.109	Saldo em 31/12/2019	288.500	(308.760)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Patrimônio Líquido	(36.206)	(30.554)	Prejuízo do exercício	-	(10.309)	Empréstimos tomados de partes relacionadas	51.040	35.800
Capital social	288.500	288.500	Ajuste Exercícios Anteriores	-	16	Pagamento de empréstimos a partes relacionadas	(44.357)	(31.024)
Prejuízos acumulados	(324.706)	(319.054)	Saldo em 31/12/2020	288.500	(319.054)	Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	6.683	4.776
Total do passivo	51.231	54.015	Prejuízo do exercício	-	(5.832)	(Redução líquida) Aumento em caixa e equivalentes de caixa	(15)	(6)
Demonstrações de resultados abrangentes	2021	2020	Ajuste Exercícios Anteriores	-	180	Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	117	123
Lucro/Prejuízo do exercício	(5.832)	(10.309)	Saldo em 31/12/2021	288.500	(324.706)	Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	102	117
Resultado abrangente total	(5.832)	(10.309)					(15)	(6)

Luiz Fernando Manetti - Diretor Presidente

Alessandro Stanguini de Oliveira - Diretor

Eduardo Rodrigues Noronha - Contador: CRC nº 1SP216083/O-3

As Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas estão disponíveis na Administração da Companhia